

DÍVIDA EXTERNA

Política é inegociável, para BC

Bancos receberão o que o País puder pagar sem comprometer metas, diz diretor do BC

ROLF KUNTZ

O governo só vai negociar com os credores o que for compatível com as metas da política econômica. O que os bancos poderão receber dependerá dessas metas e do apoio financeiro conseguido nas próximas discussões com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Clube de Paris, disse o diretor da Área Externa do Banco Central (BC), Antônio Cláudio Sochaczewski.

“Não abrimos mão de negociar a partir da solução do problema interno. Se renunciarmos a nossa meta de política fiscal tudo entrará em colapso.” Os entendimentos com os credores oficiais, representados pelo Clube de Paris, e com as agências multilaterais vão determinar o que sobrar para os bancos, resumiu Sochaczewski. Por isso, também eles têm interesse em bons resultados nas conversações com o Clube de Paris. O Clube, lembrou o diretor do BC, costuma negociar rigidamente, mas concedeu condições favoráveis à Polônia.

O governo brasileiro não voltará a buscar um megassuperávit comercial para pagar juros ao Exterior, disse Sochaczewski. Isso comprometeria tanto o equilíbrio das contas públicas quanto a política monetária. Como o setor público é responsável pela maior parte da dívida externa, o Tesouro tem de extrair da economia nacional os recursos necessários para comprar os dólares dos exportadores e enviá-los aos credores. Essa foi a causa principal do enorme endividamento interno acumulado pelo Tesouro, lembrou Sochaczewski. Essa lem-



Edu Garcia/AE - 10.7.90

Sochaczewski: “Não abrimos mão de negociar a partir da solução do problema interno”

brança acabou resultando numa homenagem ao ex-ministro do Planejamento João Sayad: foi ele o primeiro, segundo o diretor do BC, a identificar com clareza o vínculo entre a dívida externa e o problema interno das contas públicas.

O problema agora é tratado pelo caminho inverso (primeiro a solução interna e depois a externa) e, como consequência, o BC não voltará a comprar dólares, regularmente, só para estimular as exportações, criar condições para um enorme superávit comercial e satisfazer os credores estrangeiros. Apesar disso, ressaltou, o aumento de US\$ 3 bilhões nas reservas cambiais, a partir de março, “pode ser associado” a uma provisão para quando o País retomar o pagamento da dívida externa.

Como regra, o preço do dólar comercial continuará a depender, segundo Sochaczewski, basicamente do mercado, isto é, das compras e vendas de importadores e exportadores. O BC intervirá para regular suas reservas e, apenas ocasionalmente, para dar algum impulso à taxa de câmbio, mas sem obrigação e sem regularidade.

O cruzeiro, segundo ele, valorizou-se nos últimos anos, mas daí não se pode concluir que esteja hoje

acima de seu valor correto ou que, ao contrário, tenha estado, antes, subvalorizado. A mera comparação de preços de diferentes países não basta para resolver o problema. O único produto homogêneo em todo o mundo e, portanto, útil para comparações, é o sanduíche Big Mac, disse Sochaczewski. “E os preços do Big Mac mostram que o câmbio não está tão desajustado.”

Com argumentos mais teóricos que esse, Antônio Cláudio Sochaczewski repeliu a maior parte das críticas à política cambial (explicando, a propósito, que já não existe política cambial, mas de reservas). Todos dizem que as políticas monetária e fiscal estão corretas, observou, mas muita gente, embora admitindo esses pontos, condena a política monetária, como se se tratasse de coisas independentes.

Sochaczewski participou em São Paulo, ontem, do lançamento do novo número da Carta de Conjuntura do Conselho Regional de Economia. Arno Meyer, do Instituto de Economia do Setor Público (Iesp), relacionou alguns fatores que deverão fazer subir a cotação do dólar proximamente. A retomada dos pagamentos ao Exterior, a alta do petróleo e a eventual volta do crescimento econômico são alguns desses fatores.